



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA
CNPJ: 04.215.199/0001-26
AV. HERACLIDES DE LIMA GOMES, Nº 2750 - BOA VISTA DO INCRA – RS
CEP: 98.120-000 – FONE (55) 3613- 1303/1205
www.boavistadoincra.rs.gov.br

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 67/2018

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2018

Município de Boa Vista do Incra

Gabinete do Prefeito e Secretarias Municipais

Processo nº 67/2018

Edital de Pregão Presencial nº 26/2018

Tipo de julgamento: menor preço por Item

PREÂMBULO

”Edital de Pregão Presencial para contratação de empresa para a aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores de roda”.

O MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 08h30min, do dia 13 do mês de julho do ano de 2018, na sala de reuniões do Setor de Compras, localizada na Av. Heraclides de Lima Gomes, nº 2750, se reunirão o pregoeiro e a equipe de apoio, designados pela Portaria nº 475/2017, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando a contratação de empresa para o fornecimento de pneus novos, câmaras de ar e protetores de roda, conforme as condições e especificações contidas no anexo I, termo de referência e demais disposições fixados neste edital e seus anexos, do tipo menor preço por item, sob regime de execução indireta, empreitada por preço unitário, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, e do



Decreto Municipal nº 49, de 13 de Junho de 2005, alterado pelo Decreto Municipal nº 172, de 21 de Outubro de 2013, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666-93. Aplica-se ainda, no que couberem, as disposições legais previstas na Lei Complementar 123/2006 e, também, as da Lei Complementar 147/2014.

1. DO OBJETO

1.1 - CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE RODA, CONFORME AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS DISPOSIÇÕES FIXADAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

1.1.1 - O objeto ora licitado, se destina a substituição de pneus, câmaras de ar e protetores de rodados (colarinho) veículos da frota municipal de Boa Vista do Incra-RS, necessário para manutenção das atividades previstas para o exercício de 2018.

1.1.2 – O PNEU DEVERÁ SER NOVO E CONTEMPLAR OS SEGUINTE REQUISITOS, NO QUE COUBER:

1.1.2.1 – Ser fabricado dentro das instruções contidas na Norma Técnica NBR NM 250:2001 (pneus para automóveis).

1.1.2.2 – Ser fabricado dentro das instruções contidas na Norma Técnica NBR NM 251:2001 (pneus de camionetas, ônibus, caminhões e seus rebocados).

1.1.2.3 – Certificado pelo INMETRO.

1.1.2.4 - Será analisada além das especificações, a data de fabricação inscrita no pneu, que



deverá ter prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega.

1.1.2.5 – Não será aceito pneu tipo remoldado, recapado, reciclado, recauchutado, reformado, remanufaturado ou que tenha sofrido quaisquer outros processos de recondicionamento.

1.1.2.6 – Não será aceito pneu com sinais de envelhecimento ou deterioração de qualquer origem.

1.1.2.7 – Os pneus automotivos devem seguir padrão de qualidade etiquetado com índice de velocidade não inferior a "T" e índice de carga não inferior a 82, para os pneus compatíveis com a numeração.

1.2.1 - CÂMARA DE AR:

1.2.1.1 – Deverá ser nova.

1.2.1.2 – Deverá ter sua especificação de tamanho impressa no produto e na embalagem bem como a identificação do fabricante.

1.3.1 PROTETOR DE RODA (COLARINHO):

1.3.1.1 - Deverá ser novo.

1.3.1.2 - Deverá ter sua especificação de tamanho impressa na embalagem bem como a identificação do fabricante.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA
CNPJ: 04.215.199/0001-26
AV. HERACLIDES DE LIMA GOMES, Nº 2750 - BOA VISTA DO INCRA – RS
CEP: 98.120-000 – FONE (55) 3613- 1303/1205
www.boavistadoincra.rs.gov.br

2 - DA ABERTURA E DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

2.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital:

DATA DA ABERTURA: 13/07/2018

HORA: 08h30min

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA/RS

SALA DO SETOR DE COMPRAS

AVENIDA HERACLIDES DE LIMA GOMES, Nº 2750 - CENTRO

2.1.2 - Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

2.1.3 - Ocorrendo à decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas automaticamente para o primeiro dia útil ou de expediente normal, subsequente ao ora fixado.

2.2-Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 8 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA
CNPJ: 04.215.199/0001-26
AV. HERACLIDES DE LIMA GOMES, Nº 2750 - BOA VISTA DO INCRA – RS
CEP: 98.120-000 – FONE (55) 3613- 1303/1205
www.boavistadoincra.rs.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2018

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA

PROPONENTE: (NOME DA EMPRESA E CNPJ)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2018

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO

PROPONENTE: (NOME DA EMPRESA E CNPJ)

2.2.1 - Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão de imprensa oficial. Sendo que as certidões negativas de débitos extraídas de sistemas informatizados – INTERNET -, ficará sujeitas a verificação de sua autenticidade pela Administração.

2.2.2 - As Licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que a Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra, não será em nenhum caso responsável por estes custos, independentemente da condução.

2.2.3 - O envelope de documentação deste pregão que não for aberto ficará em poder do Pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.



3 - DA PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar da presente licitação todos os interessados que comprovarem eficazmente os requisitos deste Edital.

3.2 – Não será admitida a participação de empresas que se encontram em regime de concordata ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução, liquidação.

3.3 - Não será admitida a participação de empresas que se encontram com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.

3.4 – Não será permitida a participação sob a forma de consórcio.

3.5 – Não será admitida a subcontratação ou mesmo terceirização do objeto.

3.6 - A Administração aceitará a participação de licitantes que encaminharem seus envelopes por via postal, desde que a documentação atenda todos os requisitos do Edital, quanto ao credenciamento, proposta de preços e habilitação.

4 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1 - A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, sendo recomendável sua presença com 15 (quinze) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para abertura dos envelopes, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da



representada.

4.1.1 - A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade com foto.

4.2 - A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 4.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

4.3 - O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

a.3) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

a.4) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

a.5) registro comercial, se empresa individual.

a.6) os documentos relacionados nas alíneas a.1, a.2, a.3, a.4 e a.5 deste subitem não precisarão constar do Envelope “Documento de Habilitação”, se



tiverem sido apresentados para o Credenciamento deste Pregão.

b) se representada por procurador, deverá apresentar:

b.1) Instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para formular propostas e lances verbais em licitação pública, e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame; ou

b.2) Carta de Credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

Observação 1: Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

Observação 2: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

4.4 - Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

4.4.1 - A ausência de credencial não é motivo para inabilitar a licitante, todavia, impede a manifestação do representante não credenciado no curso do processo licitatório.



4.5 – A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 8.18 a 8.20, deste edital, deverão apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.5.1. Considera-se microempresa, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

4.5.2. Consideram-se empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.0000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais);

4.5.3. Gozarão dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06 as Cooperativas que tenham auferido no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 4.800.0000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Observação: Para os casos de encaminhamento de envelopes por via postal, salienta-se que a documentação de credenciamento deverá ser completa, inclusive quanto ao documento de identificação do representante legal da empresa ou seu procurador.



5 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

5.1 - No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nº 01 - PROPOSTA e 02 - DOCUMENTAÇÃO.

5.1.1 - A Pregoeira e a equipe de apoio verificarão o horário para início da sessão de licitação junto ao site <http://www.horariodebrasil.org/>.

5.2 - Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

5.3 - O pregoeiro realizará o credenciamento das interessadas, as quais deverão:

5.3.1 - Comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame;

5.3.2 - Apresentar, ainda, declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

5.3.2.1 - Esta declaração deverá ser entregue diretamente ao Pregoeiro, no ato de apresentação dos envelopes, à parte destes.

5.3.2.2 - A declaração falsa, relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo as demais cominações legais.



6 - DA PROPOSTA FINANCEIRA

6.1 - Serão classificadas as propostas cujos valores unitários não ultrapassem os valores apurados em Planilha de Composição de Preço – Valor de Referência, Anexo VII do edital.

6.2 - A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corente, apresentada em folhas rubricadas, redigida com clareza, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, e ser elaborada segundo as exigências e orientações do edital e seus anexos, devendo conter ainda:

a) Razão social da empresa, endereço completo, CNPJ, nº de telefone para contato e endereço de e-mail;

b) Descrição completa do produto ofertado, marca, modelo, referências e demais dados técnicos;

c) Uma única cotação, com preço unitário e total dos itens ofertados, conforme disposição constante no Anexo I, em moeda corrente nacional, devendo ser considerado apenas 02 (duas) casas decimais após a vírgula. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros.

6.3 - O preço apresentado na proposta deve incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos, ficando este limitado ao valor apurado pela Planilha de Composição de Preços, anexa ao processo.



6.4 - Serão considerados, para fins de julgamento de cada lance, o valor unitário do item.

6.5 - O julgamento será realizado pelo Pregoeiro e equipe de Apoio, designada pela Portaria nº 475/2017, publicada na imprensa oficial no dia 06 de setembro de 2017.

6.6 – Para agilização do processo, solicita-se que conste na proposta dados como nome completo da pessoa indicada para contatos, o banco, número de conta corrente e agência no qual serão depositados os pagamentos se a licitante se sagrar vencedora do certame, bem como a qualificação do representante do licitante, para fins de assinatura de contrato.

7 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 - Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

7.2 - Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas respeitando o valor máximo apurado na Planilha de Composição de Preço – Valor de Referência.

7.3 - No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta de maior preço, até a proclamação da vencedora.



7.4 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.5 - A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 7.3 e 7.4.

7.5.1 - Dada a palavra a licitante, esta disporá de 3min. (três minutos) para apresentar nova proposta.

7.6 - É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

7.6.1 - A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a R\$ 1,00(hum real).

7.7 - Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 15 deste edital.

7.8 - O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

7.9 - Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

7.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.



7.11 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

7.12 - A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

7.13 - Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c) afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 5;
- d) contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.
- e) o item, o qual o licitante cotar valor superior ao estimado na Planilha de Composição de Preço – Valor de Referência, (Anexo VII).

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.



7.14 - Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

7.15 - Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar 123/06, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 4.5.1, deste edital.

7.15.1 - Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

7.16 - Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.
- b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 7.15.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

7.17 - Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 7.16 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.



7.18 - O disposto nos itens 7.15 a 7.17, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

7.19 - Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

7.20 - A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor de Compras e Licitações deste Município, conforme subitem 16.1 deste edital.

7.21 - Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7.22 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço unitário, o pregoeiro e equipe de apoio procederão à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do(s) licitante(s) que apresentou a melhor proposta por item, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.



8 - DA HABILITAÇÃO

8.1 - Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE Nº 02, os seguintes documentos:

8.1.1 - Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358-02.

8.1.2 - Declaração de Idoneidade e Fato Superveniente.

8.1.3 - Declaração atestando que a empresa licitante não possui em seu quadro societário servidor público Municipal. Modelo Anexo X.

8.1.3 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.3.1 - Será dispensada da apresentação, no envelope de habilitação, dos documentos referidos no item 8.1.2, a empresa que já os houver apresentado no momento



do credenciamento, previsto item 4 deste edital.

8.1.4- REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- b) Certidão Unificada Negativa ou Certidão Unificada Positiva com Efeito Negativo de Tributos Federais e Previdenciários, conforme Portaria 358 de 5 de setembro de 2014.
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

8.1.5 - REGULARIDADE TRABALHISTA

- a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.1.6- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da



sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento;

8.1.7 - AS EMPRESAS QUE COTAREM PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PNEUS DEVERÃO APRESENTAR AINDA:

- a) Licença de Operação da empresa fabricante dos pneus;
- b) Declaração atestando qual o número da Licença de Operação que corresponde a cada item cotado pela licitante.

8.2 - Para as empresas cadastradas no Município, a documentação referidas nos itens 8.1.3 a 8.1.6, poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

Observação: Caso algum dos documentos fiscais obrigatórios, exigidos para cadastro esteja com o prazo de validade expirado, a licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

8.3 -A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 4.5, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal e trabalhista**, previstos nos itens 8.1.4 e 8.1.5, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 5 (cinco) dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

8.3.1 - O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.



8.3.2 -Ocorrendo a situação prevista no item 8.3, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

8.3.3 -O benefício de que trata o item 8.3 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

8.3.4 -A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 8.3, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 9.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 15.1, alínea *a*, deste edital.

8.4 – O Pregoeiro e a Equipe de Apoio poderão efetuar consulta no cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) no site www.portaldatransparência.gov.br/ceis;

8.5 -O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

9 - DA ADJUDICAÇÃO

9.1 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

9.2 - Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a



licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

9.3 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

10 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 -Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

10.1.1 - Caso a licitante encaminhe as razões do recurso via correio, deverá, no prazo estipulados no item 10.1, encaminhar, via e-mail, cópia do comprovante da postagem do documento no correio.

10.2 -Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

10.3 -A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.



10.4 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

11 - DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1 - Esgotado todos os prazos recursais, Adjudicado e Homologado o objeto da presente licitação, o MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA convocará o adjudicatário para assinar o termo de contrato em até 5 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

11.1.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que motivo justificado e aceito pela Administração.

11.2 – O Município de Boa Vista do Incra poderá quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos neste edital, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, de conformidade com o presente edital, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

11.3 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo, supressões acima deste limite ser resultante de acordo entre as partes.



11.4 – O prazo de vigência do contrato decorrente desta licitação será de sua assinatura e o final ocorrerá em 31/12/2018.

11.5 - Fica proibida a subcontratação.

12 - LOCAL E CONDIÇÃO DA ENTREGA

12.1 – A entrega deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, de forma separada por Secretaria conforme cada Nota de Empenho, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Obras, Av. Heraclides de Lima Gomes, nº 1510, Centro, ao responsável pelo Setor de Patrimônio, Almoxarifado e Administração de Materiais e membros da Comissão de Recebimento acompanhados do Fiscal do Contrato, que verificarão a conformidade quanto à quantidade e especificação de cada objeto, conforme exigido neste edital.

12.2 – A nota fiscal deve ser apresentada no ato da entrega dos materiais.

12.3 - No ato da entrega dos pneus, câmaras de ar e **protetores de roda (colarinho)**, será observado se o objeto que esta sendo entregue cumpre com os requisitos estabelecidos nos itens 1.1.2, 1.2.1 e 1.3.1, e seus respectivos subitens, deste edital.

12.4 - Verificada a não conformidade de algum dos objetos, os mesmos não serão recebidos e de imediato será comunicado o licitante vencedor, o qual deverá promover em até 5 (cinco) dias úteis as correções ou substituições necessárias, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.



13 – DA GARANTIA

13.1 - Os pneus deverão ter garantia de **no mínimo 12 (doze) meses**, contados a partir da data do recebimento dos mesmos.

13.2 - No caso de apresentarem defeitos e, conseqüentemente serem substituídos, a garantia será contada a partir da nova data de entrega.

13.3 -O ônus de correção de defeitos apresentados pelos materiais ou substituição dos mesmos, será suportado exclusivamente pela contratada.

14 - DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 - O pagamento ocorrerá em até 15 (quinze) dias a contar da apresentação da nota fiscal devidamente recebida pelos membros da Comissão de Recebimento, o que comprovará o recebimento dos objetos.

14.2 - A nota fiscal emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número da nota de empenho, número do processo de licitação e o número do respectivo pregão, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

14.3 - O município fica isento de qualquer despesa relativa ao pagamento de pessoal, obrigações patronais e despesas com transporte.

14.4 - Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA
CNPJ: 04.215.199/0001-26
AV. HERACLIDES DE LIMA GOMES, Nº 2750 - BOA VISTA DO INCRA – RS
CEP: 98.120-000 – FONE (55) 3613- 1303/1205
www.boavistadoincra.rs.gov.br

compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

14.5 - A despesa decorrente desta contratação será suportada pelas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02- Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 2.201 – Manutenção das Atividades do Gabinete

Dotação: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Código Reduzido: 37

Órgão: 03- Secretaria da Administração e Planejamento

Unidade: 01- Secretaria da Administração e Planejamento

Projeto/Atividade: 2.301 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento

Dotação: 3.3.90.30– Material de Consumo

Código Reduzido: 62

Órgão: 07- Secretaria de Educação Cultura Desporto e Lazer

Unidade: 04- Manutenção das Atividades Gerais

Projeto/Atividade: 2.751 - Manutenção do Transporte Ensino Médio Profissionalizante E Universitário

Dotação: 3.3.90.30.– Material de Consumo

Código Reduzido: 432



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA
CNPJ: 04.215.199/0001-26
AV. HERACLIDES DE LIMA GOMES, Nº 2750 - BOA VISTA DO INCRA – RS
CEP: 98.120-000 – FONE (55) 3613- 1303/1205
www.boavistadoincra.rs.gov.br

Órgão: 07 - Secretaria de Educação Desporto Cultura e Lazer

Unidade: 02- Manutenção de Desenvolvimento do Ensino(25%)

Projeto/Atividade: 2.703 - Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental

Dotação: 3.3.90.30.– Material de Consumo

Código Reduzido: 342

Órgão: 05-Secretaria da Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente

Unidade: 01- Secretaria da Indústria, Comércio e Agricultura

Projeto/Atividade: 2.502 - Manutenção dos Equipamentos e Veículos da Patrulha Agrícola

Dotação: 3.3.90.30.– Material de Consumo

Código Reduzido: 127

Órgão: 08- Secretaria de Saúde

Unidade: 02- Fundo Municipal da Saúde

Projeto/Atividade: 2.819 - Manutenção do Setor de Consultas Exames e Transporte

Recurso: 0040

Dotação: 3.3.90.30.– Material de Consumo

Código Reduzido: 505

Órgão: 09- Secretaria de Assistência Social e Habitação

Unidade: 02- Fundo Municipal da Assistência Social

Projeto/Atividade: 2.906 - Manutenção das Atividades do IGD

Dotação: 3.3.90.30.– Material de Consumo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA
CNPJ: 04.215.199/0001-26
AV. HERACLIDES DE LIMA GOMES, Nº 2750 - BOA VISTA DO INCRA – RS
CEP: 98.120-000 – FONE (55) 3613- 1303/1205
www.boavistadoincra.rs.gov.br

Recurso: 1056- IGD

Código Reduzido: 592

Órgão: 02- Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 2.990 -Manutenção do Conselho Tutelar

Dotação: 3.3.90.30.– Material de Consumo

Código Reduzido: 46

Órgão: 06 – Secretaria de Desenvolvimento e Obras

Unidade: 01- Secretaria de Desenvolvimento e Obras

Projeto/Atividade: 2.605 - Manutenção e Conservação e Sinalização das Estradas

Recurso 0001-Recurso Livre

Dotação: 3.3.90.30.– Material de Consumo

Código Reduzido: 269

15 - DAS PENALIDADES

15.1 - Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:



- a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 (três) meses e multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado da contratação;
- b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos;
- c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 (cinco) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação;
- d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
- e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 03 (três) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 1% sobre o valor atualizado do contrato;
- f) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 (três) anos e multa de 3% (três por cento) sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;
- g) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 (cinco) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do contrato;
- h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e



contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 (cinco) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do contrato.

15.2 - As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

15.3 - Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

16 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

A CONTRATADA por descumprimento de qualquer cláusula contratual sujeitar-se-á as seguintes penalidades:

a) multa de 1% sobre o valor total atualizado do contrato, por dia de atraso, limitada esta a 3 dias de efetiva falta de entrega do produto, após o qual será considerada caracterizada a inexecução parcial do contrato;

b) multa de 3% sobre o valor total atualizado do contrato, pela inexecução parcial do contrato;

c) multa de 10% sobre o valor total atualizado do contrato, pela inexecução total do contrato;

d) Advertência ou suspensão do direito de participar em licitação do CONTRATANTE, por prazo não superior a 02(dois) anos, e ainda, declará-lo inidôneo para contratar ou transacionar com o Município;

e) Fica ainda facultada a Administração Pública Municipal a aplicação concomitante das demais penalidades dispostas no capítulo IV da Seção II da Lei Federal nº 8.666/93.



17 - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1 - A fiscalização do contrato oriundo deste processo licitatório será realizado pelo servidor Valdori Pereira e nos impedimentos legais e eventuais da titular será realizado pelo seu suplente, o servidor Darlan Farias de Souza, conforme Portaria nº 365/2018.

18 - IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

18.1 - A impugnação ao edital será feita na forma do art. 41 da Lei nº 8.666/1993, observando-se as seguintes normas:

a) o pedido de impugnação ao edital poderá ser feito por qualquer cidadão, devendo ser protocolizado até 5 (cinco) dias úteis antes da data marcada para o recebimento dos envelopes.

b) os licitantes poderão impugnar o edital até o 2º (segundo) dia útil antecedente a data marcada para o recebimento dos envelopes.

c) os pedidos de impugnação ao edital serão dirigidos à Comissão de Licitação no Setor de Compras e Licitações, durante o horário de expediente, que se inicia das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, sem prejuízo do protocolo do original obedecidos os prazos das alíneas “a” e “b”.

d) não serão recebidos como impugnação ao edital os requerimentos apresentados fora do prazo ou enviados por e-mail ou por qualquer outro meio além do previsto na alínea anterior.



19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 - Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Boa Vista do Incra - RS, setor de Licitações, sito na Av. Heraclides de Lima Gomes, nº 2750, ou pelos telefones (55) 3613-1203/1205, no horário compreendido entre as 08h e 12h e das 13h30min e 17h30min, com antecedência mínima de 02 (dois) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

19.2 - Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, junto ao Setor de Licitações.

19.3 - Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

19.4 - Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

19.5 - Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e o número de telefone.

19.6 - Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, por tabelião ou por servidor, ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.



19.7 - Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

19.8 - A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666-93).

19.9 - É facultada ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

19.10 - Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.11 - A licitante responderá pela veracidade de todas as informações que prestar, sob pena de verificada a qualquer tempo a falsidade material ou ideológica, ser desclassificada ou ver anulada a adjudicação ou revogado o Contrato, sem prejuízo dos consectários criminais;

19.12- Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

19.13– O uso de telefone celular durante a sessão de lances só poderá ser usado com a permissão do Pregoeiro.

19.14 - A inabilitação do licitante em qualquer das fases do procedimento licitatório importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.



19.15 - Só terão direito de usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar as atas, os licitantes ou seus representantes credenciados, Pregoeiro e Equipe de Apoio.

19.16 - Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este ato convocatório.

19.17 - Os casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

19.18 - Fica eleito o Foro da Comarca de Cruz Alta (RS) para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

19.19 – Integram o presente Edital:

ANEXO I – ITENS DA LICITAÇÃO

ANEXO II – CARTA DE CREDENCIAMENTO.

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E FATO SUPERVENIENTE.

ANEXO IV – DECLARAÇÃO – EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA.

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA
CNPJ: 04.215.199/0001-26
AV. HERACLIDES DE LIMA GOMES, Nº 2750 - BOA VISTA DO INCRA – RS
CEP: 98.120-000 – FONE (55) 3613- 1303/1205
www.boavistadoincra.rs.gov.br

ANEXO VII – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS.

ANEXO VIII – TERMO DE REFERÊNCIA.

ANEXO IX – DESCRIÇÃO DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

ANEXO X - DECLARAÇÃO ATESTANDO QUE A EMPRESA LICITANTE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO SOCIETÁRIO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Boa Vista do Incra, 27 de junho de 2018.

Cleber Trenhago

Prefeito Municipal

Este edital e seus anexos foram devidamente examinados e aprovados por esta Assessoria Jurídica.

Em ____/____/2018.

Assessor(a) Jurídico(a)



ANEXO I - ITENS DA LICITAÇÃO

Item	Quant	Und	Descrição do Objeto	Marca	Valor unitário	Valor total
1	2	UN	PROTETOR PARA PNEU 17.5/25			
2	4	UN	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5/25, COM VÁLVULA LONGA E EM CURVA			
3	6	UN	PNEU 17.5/25 16 LONAS G2			
4	6	UN	PNEU 14/00-24 16 LONAS L2 G2			
5	2	UN	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14/00-24 COM VÁLVULA DE CURTO TAMANHO			
6	4	UN	PNEU RADIAL 185/70 R 14			
7	4	UN	PNEU 20.5/25 L3 20 LONAS			
8	4	UN	PROTETOR PARA PNEU 20.5/25			
9	4	UN	CÂMARA DE AR COM VÁLVULA ROSQUEÁVEL LONGA E EM CURVA PARA PNEU 20.5/25			
10	4	UN	PNEU 19.5/24 L2 12 LONAS			
11	2	UN	CÂMARA DE AR COM VÁLVULA DE CURTO TAMANHO PARA PNEU 19.5/24			
12	2	UN	PNEU 10.5/65 -16 10 LONAS			
13	2	UN	PNEU 12-16.5 NHS 10 LONAS			
14	4	UN	PNEU PARA CAMINHÃO MODELO LISO/MISTO 275/80 R22.5			
15	16	UN	PNEU PARA CAMINHÃO MODELO BORRACHUDO/MISTO 275/80 R22.5			
16	2	UN	CÂMARA DE AR PARA PNEU 275/80R22.5			
17	2	UN	PNEU 12.4 24 10 LONAS COM CÂMARA			
18	2	UN	PNEU LISO 1000X20 16 LONAS COM CÂMARA			
19	2	UN	PNEU BORRACHUDO 1000X20 16 LONAS COM CÂMARA			
20	6	UN	PNEU AGRÍCOLA F2 7.50-16 COM FRISO/ RAI0 10 LONAS COM CÂMARA			
21	12	UN	CÂMARA DE AR 7.50-16			
22	12	UN	PNEU RADIAL 175/70 R13			
23	16	UN	PNEU RADIAL 225/75 R16			



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA
CNPJ: 04.215.199/0001-26
AV. HERACLIDES DE LIMA GOMES, Nº 2750 - BOA VISTA DO INCRA – RS
CEP: 98.120-000 – FONE (55) 3613- 1303/1205
www.boavistadoincra.rs.gov.br

24	4	UN	PNEU RADIAL 205/55 R16 94 V			
25	16	UN	PNEU RADIAL 175/70 R14 88 T			
26	8	UN	PNEU RADIAL 175/70 R14			
27	24	UN	PNEU RADIAL 195/65 R15			
28	12	UN	PNEU 9X17,5			
29	5	UN	PNEU 175/65 R14			
30	8	UN	PNEU LAMEIRO 1000X20			
31	4	UN	PNEU LISO 1000X20			
32	10	UN	COLARINHO 1000X20			
33	10	UN	CÂMARA 1000X20			
34	4	UN	PNEU LISO 275X80 R22.5			
35	4	UN	PNEU BORRACHUDO 275X80 R22.5			
36	6	UN	PNEU LISO 295X80 R 22.5			



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA
CNPJ: 04.215.199/0001-26
AV. HERACLIDES DE LIMA GOMES, Nº 2750 - BOA VISTA DO INCRA – RS
CEP: 98.120-000 – FONE (55) 3613- 1303/1205
www.boavistadoincra.rs.gov.br

ANEXO II - CARTA DE CREDENCIAMENTO

Referente à Processo de Licitação: PP nº 26/2018

Órgão: Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA

Pelo presente, credenciamos o(a) Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob nº e CPF sob nº a participar do procedimento licitatório, sob a modalidade acima, instaurado por este órgão público.

Na qualidade de representante legal da empresa outorga-se ao acima credenciado, dentre outros poderes, o de dar lances e apresentar recursos ou renunciar ao direito de interposição de recurso.

Boa Vista do Inca (RS), de de

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome:

Carimbo e CNPJ da Empresa



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA
CNPJ: 04.215.199/0001-26
AV. HERACLIDES DE LIMA GOMES, Nº 2750 - BOA VISTA DO INCRA – RS
CEP: 98.120-000 – FONE (55) 3613- 1303/1205
www.boavistadoincra.rs.gov.br

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E FATO SUPERVENIENTE

Declaro sob as penas da lei, para a Licitação modalidade Pregão Presencial nº 26/2018 do Município de Boa Vista do Incra – RS, que a empresa, não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, nos termos do Inciso IV, do art. 87 da Lei 8.666/93, e alterações bem como de que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega de documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

E, por ser expressão fiel da verdade, firmamos o presente.

Boa Vista do Incra (RS), de de

Representante Legal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA
CNPJ: 04.215.199/0001-26
AV. HERACLIDES DE LIMA GOMES, Nº 2750 - BOA VISTA DO INCRA – RS
CEP: 98.120-000 – FONE (55) 3613- 1303/1205
www.boavistadoincra.rs.gov.br

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

A empresa, inscrita no CNPJ nº,
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)
portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº
....., DECLARA para os devidos fins do disposto do Inciso V do art. 27 da
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999,
que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não
emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Boa Vista do Incra (RS), de de

Representante Legal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA
CNPJ: 04.215.199/0001-26
AV. HERACLIDES DE LIMA GOMES, Nº 2750 - BOA VISTA DO INCRA – RS
CEP: 98.120-000 – FONE (55) 3613- 1303/1205
www.boavistadoincra.rs.gov.br

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Referente à Processo de Licitação: PP nº 26/2018

Órgão: Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra

A empresa, inscrita no CNPJ nº, situado no endereço, na cidade de, Estado, declara expressamente que tem pleno conhecimento das exigências do edital, do objeto ora licitado e, cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

Boa Vista do Incra (RS), de de

Representante Legal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA
CNPJ: 04.215.199/0001-26
AV. HERACLIDES DE LIMA GOMES, Nº 2750 - BOA VISTA DO INCRA – RS
CEP: 98.120-000 – FONE (55) 3613- 1303/1205
www.boavistadoincra.rs.gov.br

ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO Nº XX/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2018

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA – RS, Pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 04.215.199/0001-26, com sede na Av. Heraclides de Lima Gomes, nº 2750, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, V. Ex.ªSr. Cleber Trenhago, brasileiro, inscrito no CPF nº XXXXXXXXXXXX, portador da carteira de identificação RG nº XXXXXXXXXX, residente e domiciliado na Av. Heraclides de Lima Gomes, no Município de Boa Vista do Incra - RS, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, representada neste ato por seu representante legal XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, inscrito no CIC sob nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX na cidade de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante simplesmente denominado CONTRATADA, ajustam entre si o presente contrato de fornecimento de pneus novos, câmara de ar e protetor de roda, mediante às cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com as Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93, com alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94 e com as especificações contidas no Edital de Licitação – Pregão Presencial nº 26/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATO O FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS, CÂMARA DE AR E PROTETOR DE RODA, CONFORME AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS DISPOSIÇÕES FIXADOS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

O objeto ora contratado, se destina a substituição de pneus novos, câmaras de ar e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA
 CNPJ: 04.215.199/0001-26
 AV. HERACLIDES DE LIMA GOMES, Nº 2750 - BOA VISTA DO INCRA – RS
 CEP: 98.120-000 – FONE (55) 3613- 1303/1205
 www.boavistadoincra.rs.gov.br

protetor de roda, dos veículos da frota municipal de Boa Vista do Incra-RS, necessário para manutenção das atividades previstas para o exercício de 2018.

Item	Quant	Und	Descrição do Objeto	Marca	Valor unitário	Valor total
1	2	UN	PROTETOR PARA PNEU 17.5/25			
2	4	UN	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5/25, COM VÁLVULA LONGA E EM CURVA			
3	6	UN	PNEU 17.5/25 16 LONAS G2			
4	6	UN	PNEU 14/00-24 16 LONAS L2 G2			
5	2	UN	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14/00-24 COM VÁLVULA DE CURTO TAMANHO			
6	4	UN	PNEU RADIAL 185/70 R 14			
7	4	UN	PNEU 20.5/25 L3 20 LONAS			
8	4	UN	PROTETOR PARA PNEU 20.5/25			
9	4	UN	CÂMARA DE AR COM VÁLVULA ROSQUEÁVEL LONGA E EM CURVA PARA PNEU 20.5/25			
10	4	UN	PNEU 19.5/24 L2 12 LONAS			
11	2	UN	CÂMARA DE AR COM VÁLVULA DE CURTO TAMANHO PARA PNEU 19.5/24			
12	2	UN	PNEU 10.5/65 -16 10 LONAS			
13	2	UN	PNEU 12-16.5 NHS 10 LONAS			
14	4	UN	PNEU PARA CAMINHÃO MODELO LISO/MISTO 275/80 R22.5			
15	16	UN	PNEU PARA CAMINHÃO MODELO BORRACHUDO/MISTO 275/80 R22.5			
16	2	UN	CÂMARA DE AR PARA PNEU 275/80R22.5			
17	2	UN	PNEU 12.4 24 10 LONAS COM CÂMARA			
18	2	UN	PNEU LISO 1000X20 16 LONAS COM CÂMARA			
19	2	UN	PNEU BORRACHUDO 1000X20 16 LONAS COM CÂMARA			
20	6	UN	PNEU AGRÍCOLA F2 7.50-16 COM FRISO/ RAI0 10 LONAS COM CÂMARA			
21	12	UN	CÂMARA DE AR 7.50-16			
22	12	UN	PNEU RADIAL 175/70 R13			
23	16	UN	PNEU RADIAL 225/75 R16			
24	4	UN	PNEU RADIAL 205/55 R16 94 V			
25	16	UN	PNEU RADIAL 175/70 R14 88 T			
26	8	UN	PNEU RADIAL 175/70 R14			
27	24	UN	PNEU RADIAL 195/65 R15			
28	12	UN	PNEU 9X17,5			
29	5	UN	PNEU 175/65 R14			



30	8	UN	PNEU LAMEIRO 1000X20			
31	4	UN	PNEU LISO 1000X20			
32	10	UN	COLARINHO 1000X20			
33	10	UN	CÂMARA 1000X20			
34	4	UN	PNEU LISO 275X80 R22.5			
35	4	UN	PNEU BORRACHUDO 275X80 R22.5			
36	6	UN	PNEU LISO 295X80 R 22.5			

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Pelo fornecimento dos itens a CONTRATANTE pagará para a CONTRATADA a importância de R\$ (.....), preço este constante da proposta ofertada e aceita pela CONTRATADA, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente contrato.

No valor acima estão incluídos todos os custos com materiais, mão de obra e quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas, contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais que eventualmente incidam sobre a operação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

O pagamento ocorrerá em até 15 (quinze) dias a contar da apresentação da nota fiscal devidamente recebida pelos membros da Comissão de Recebimento, o que comprovará o recebimento dos objetos.

A nota fiscal emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número da nota de empenho, número do processo de licitação e o número do respectivo pregão, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

O município fica isento de qualquer despesa relativa ao pagamento de pessoal, obrigações patronais e despesas com transporte.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA
CNPJ: 04.215.199/0001-26
AV. HERACLIDES DE LIMA GOMES, Nº 2750 - BOA VISTA DO INCRA – RS
CEP: 98.120-000 – FONE (55) 3613- 1303/1205
www.boavistadoincra.rs.gov.br

Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02- Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 2.201 – Manutenção das Atividades do Gabinete

Dotação: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Código Reduzido: 37

Órgão: 03- Secretaria da Administração e Planejamento

Unidade: 01- Secretaria da Administração e Planejamento

Projeto/Atividade: 2.301 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento

Dotação: 3.3.90.30– Material de Consumo

Código Reduzido: 62

Órgão: 07- Secretaria de Educação Cultura Desporto e Lazer

Unidade: 04- Manutenção das Atividades Gerais

Projeto/Atividade: 2.751 - Manutenção do Transporte Ensino Médio Profissionalizante E Universitário



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA
CNPJ: 04.215.199/0001-26
AV. HERACLIDES DE LIMA GOMES, Nº 2750 - BOA VISTA DO INCRA – RS
CEP: 98.120-000 – FONE (55) 3613- 1303/1205
www.boavistadoincra.rs.gov.br

Dotação: 3.3.90.30.– Material de Consumo

Código Reduzido: 432

Órgão: 07 - Secretaria de Educação Desporto Cultura e Lazer

Unidade: 02- Manutenção de Desenvolvimento do Ensino (25%)

Projeto/Atividade: 2.703 - Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental

Dotação: 3.3.90.30.– Material de Consumo

Código Reduzido: 342

Órgão: 05- Secretaria da Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente

Unidade: 01- Secretaria da Indústria, Comércio e Agricultura

Projeto/Atividade: 2.502 - Manutenção dos Equipamentos e Veículos da Patrulha Agrícola

Dotação: 3.3.90.30.– Material de Consumo

Código Reduzido: 127

Órgão: 08- Secretaria de Saúde

Unidade: 02- Fundo Municipal da Saúde

Projeto/Atividade: 2.819 - Manutenção do Setor de Consultas Exames e Transporte

Recurso: 0040

Dotação: 3.3.90.30.– Material de Consumo

Código Reduzido: 505



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA
CNPJ: 04.215.199/0001-26
AV. HERACLIDES DE LIMA GOMES, Nº 2750 - BOA VISTA DO INCRA – RS
CEP: 98.120-000 – FONE (55) 3613- 1303/1205
www.boavistadoincra.rs.gov.br

Órgão: 09- Secretaria de Assistência Social e Habitação

Unidade: 02- Fundo Municipal da Assistência Social

Projeto/Atividade: 2.906 - Manutenção das Atividades do IGD

Dotação: 3.3.90.30.– Material de Consumo

Recurso: 1056- IGD

Código Reduzido: 592

Órgão: 02- Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 2.990 -Manutenção do Conselho Tutelar

Dotação: 3.3.90.30.– Material de Consumo

Código Reduzido: 46

Órgão: 06 – Secretaria de Desenvolvimento e Obras

Unidade: 01- Secretaria de Desenvolvimento e Obras

Projeto/Atividade: 2.605 - Manutenção e Conservação e Sinalização das Estradas

Recurso 0001-Recurso Livre

Dotação: 3.3.90.30.– Material de Consumo

Código Reduzido: 269

CLÁUSULA QUINTA- LOCAL E CONDIÇÃO DA ENTREGA

A entrega deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, de forma separada por Secretaria conforme cada Nota de Empenho, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Obras, Av. Heraclides de Lima Gomes, nº 1510, Centro, ao responsável



pelo Setor de Patrimônio, Almoxarifado e Administração de Materiais e membros da Comissão de Recebimento, acompanhados do Fiscal do Contrato, que verificarão a conformidade quanto à quantidade e especificação de cada objeto.

A nota fiscal deve ser apresentada no ato da entrega dos materiais.

No ato da entrega dos pneus, câmaras de ar e protetores de roda, serão observadas se o objeto que está sendo entregue cumpre os seguintes requisitos, no que couber:

PNEUS:

- a) Ser fabricado dentro das instruções contidas na Norma Técnica NBR NM 250:2001 (pneus para automóveis).
- b) Ser fabricado dentro das instruções contidas na Norma Técnica NBR NM 251:2001 (pneus de camionetas, ônibus, caminhões e seus rebocados).
- c) Certificado pelo INMETRO.
- d) Será analisada além das especificações, a data de fabricação inscrita no pneu, que deverá ter prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega.
- e) Não será aceito pneu tipo remoldado, recapado, reciclado, recauchutado, reformado, remanufaturado ou que tenha sofrido quaisquer outros processos de recondiçãoamento.
- f) Não será aceito pneu com sinais de envelhecimento ou deterioração de qualquer origem.

Os pneus automotivos devem seguir padrão de qualidade etiquetado com índice de velocidade não inferior a "T" e índice de carga não inferior a 82, para os pneus compatíveis com a numeração.

CÂMARA DE AR:

- a) Deverá ser nova.
- b) Deverá ter sua especificação de tamanho impressa no produto e na



embalagem bem como a identificação do fabricante.

PROTETOR DE RODA:

- a) Deverá ser novo.
- b) Deverá ter sua especificação de tamanho impressa na embalagem bem como a identificação do fabricante.

Verificada a não conformidade de algum dos objetos, os mesmos não serão recebidos e de imediato será comunicado o licitante vencedor, o qual deverá promover em até 5 (cinco) dias úteis as correções ou substituições necessárias, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.

CLÁUSULA SEXTA –DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência do contrato decorrente desta licitação será da assinatura do contrato até 31/12/2018.

CLÁUSULA SÉTIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

A CONTRATADA por descumprimento de qualquer cláusula contratual sujeitar-se-á as seguintes penalidades:

- a) multa de 1% sobre o valor total atualizado do contrato, por dia de atraso, limitada esta a 3 dias de efetiva falta de entrega do produto, após o qual será considerada caracterizada a inexecução parcial do contrato
- b) multa de 3% sobre o valor total atualizado do contrato, pela inexecução parcial do contrato.
- c) multa de 10% sobre o valor total atualizado do contrato, pela inexecução total do



contrato;

d) Advertência ou suspensão do direito de participar em licitação do CONTRATANTE, por prazo não superior a 02(dois) anos, e ainda, declará-lo inidôneo para contratar ou transacionar com o Município.

e) Fica ainda facultada a Administração Pública Municipal a aplicação concomitante das demais penalidades dispostas no capítulo IV da Seção II da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

15.1 - Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

b) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 03 (três) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 1% sobre o valor atualizado do contrato;

c) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 (três) anos e multa de 3% (três por cento) sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

c) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 (cinco) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do contrato;

d) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual:



declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 (cinco) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do contrato.

As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

O direito e responsabilidade das partes ficam assim discriminados:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Dos direitos da CONTRATANTE:

- a) Alteração do contrato na forma do art. 65, inc. § e alíneas da Lei 8.666/93;
- b) Modificação unilateral do contrato;
- c) Fiscalização da execução do contrato;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Compete à CONTRATADA:

- a) Executar a entrega de modo satisfatório e de acordo com as determinações do CONTRATANTE;
- b) Manter preposto, aceito pela Administração, no local do fornecimento, para representá-lo na execução do contrato;
- c) Responder, direta ou indiretamente, por quaisquer danos causados ao CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- d) Reparar, corrigir, remontar, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato que se verifique vícios, defeitos ou incorreções



resultantes da execução ou materiais utilizados;

e) cumprir as determinações do CONTRATANTE;

f) permitir aos encarregados da fiscalização o livre acesso, em qualquer época, aos bens destinados ao produto contratado;

g) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham ser solicitados pelo Contratante;

h) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

j) Responder em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto;

k) Manter os seus funcionários devidamente identificados, devendo substituí-los imediatamente caso sejam considerados inconvenientes a boa ordem e às normas disciplinares da Administração;

l) Comunicar a Administração, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente;

m) Cumprir fielmente com a execução do objeto deste contrato;

PARÁGRAFO TERCEIRO: Obrigações da CONTRATANTE:

a) Impedir que terceiros estranhos entreguem o objeto contratado;



- b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratado nos termos do edital;
- c) Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA - RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

- a) A CONTRATADA compromete-se a efetuar, pontualmente, os recolhimentos sociais, trabalhistas e previdenciários, durante todo o período do contrato.
- b) A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização.
- c) A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA

Os pneus deverão ter garantia de **no mínimo 12 (doze) meses**, contados a partir da data do recebimento dos mesmos.

No caso de apresentarem defeitos e, conseqüentemente serem substituídos, a garantia será contada a partir da nova data de entrega

O ônus de correção de defeitos apresentados pelos materiais ou substituição dos mesmos, serão suportados **exclusivamente pela contratada**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO



A fiscalização do contrato oriundo deste processo licitatório será realizado pelo servidor Valdori Pereira e nos impedimentos legais e eventuais da titular será realizado pelo seu suplente, o servidor Darlan Farias de Souza, conforme Portaria nº 365/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, de forma unilateral pela contratante ou por acordo das partes na forma do art. 65, inc. I e II e alíneas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato pode acarretar a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme disposto nos art. 77 a 80 da Lei 8.666/93. Constitui motivo de rescisão contratual os incisos do art. 78 da Lei 8.666/93.

O contrato poderá ser rescindido:

- a) por ato unilateral do CONTRATANTE nos casos dos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- c) judicialmente nos termos da legislação.

A rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE, bem como na assunção do objeto do contrato pelo CONTRATANTE na forma que o mesmo determinar.

A contratada reconhece os direitos do contratante, em caso de rescisão administrativa, prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA
CNPJ: 04.215.199/0001-26
AV. HERACLIDES DE LIMA GOMES, Nº 2750 - BOA VISTA DO INCRA – RS
CEP: 98.120-000 – FONE (55) 3613- 1303/1205
www.boavistadoincra.rs.gov.br

Este contrato é regido pela Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e demais legislação correlata.

Casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666/93 e demais legislações aplicáveis à matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Aplica-se ao presente contrato as Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, os preceitos do Direito Público, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

Fica sob a responsabilidade da empresa contratada o veto de matérias que possam infringir dispositivos legais vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

As partes elegem o Foro de Cruz Alta (RS), para dirimir quaisquer dúvidas emergentes do presente contrato. E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Boa Vista do Incra, ____ de _____ de 2018.

CONTRATADA

Cleber Trenhago

Prefeito Municipal

Testemunhas: _____



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA
CNPJ: 04.215.199/0001-26
AV. HERACLIDES DE LIMA GOMES, Nº 2750 - BOA VISTA DO INCRA – RS
CEP: 98.120-000 – FONE (55) 3613- 1303/1205
www.boavistadoincra.rs.gov.br

Fiscal do Contrato:

Suplente do Fiscal:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA
 CNPJ: 04.215.199/0001-26
 AV. HERACLIDES DE LIMA GOMES, Nº 2750 - BOA VISTA DO INCRA – RS
 CEP: 98.120-000 – FONE (55) 3613- 1303/1205
 www.boavistadoincra.rs.gov.br

ANEXO VII – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇO – VALOR DE REFERÊNCIA

Item	Quant	Und	Descrição do Objeto	Marca	Valor unitário máximo de referência	Valor total
1	2	UN	PROTETOR PARA PNEU 17.5/25		R\$ 190,00	
2	4	UN	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5/25, COM VÁLVULA LONGA E EM CURVA		R\$ 260,00	
3	6	UN	PNEU 17.5/25 16 LONAS G2		R\$ 3.205,33	
4	6	UN	PNEU 14/00-24 16 LONAS L2 G2		R\$ 2.546,67	
5	2	UN	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14/00-24 COM VÁLVULA DE CURTO TAMANHO		R\$ 242,50	
6	4	UN	PNEU RADIAL 185/70 R 14		R\$ 276,50	
7	4	UN	PNEU 20.5/25 L3 20 LONAS		R\$ 6.672,67	
8	4	UN	PROTETOR PARA PNEU 20.5/25		R\$ 390,00	
9	4	UN	CÂMARA DE AR COM VÁLVULA ROSQUEÁVEL LONGA E EM CURVA PARA PNEU 20.5/25		R\$ 432,50	
10	4	UN	PNEU 19.5/24 L2 12 LONAS		R\$ 2.744,67	
11	2	UN	CÂMARA DE AR COM VÁLVULA DE CURTO TAMANHO PARA PNEU 19.5/24		R\$ 310,00	
12	2	UN	PNEU 10.5/65 -16 10 LONAS		R\$ 805,00	
13	2	UN	PNEU 12-16.5 NHS 10 LONAS		R\$ 964,33	
14	4	UN	PNEU PARA CAMINHÃO MODELO LISO/MISTO 275/80 R22.5		R\$ 1.748,67	
15	16	UN	PNEU PARA CAMINHÃO MODELO BORRACHUDO/MISTO 275/80 R22.5		R\$ 1.788,00	
16	2	UN	CÂMARA DE AR PARA PNEU 275/80R22.5		R\$ 478,33	
17	2	UN	PNEU 12.4 24 10 LONAS COM CÂMARA		R\$ 1.615,00	
18	2	UN	PNEU LISO 1000X20 16 LONAS COM CÂMARA		R\$ 1.213,00	
19	2	UN	PNEU BORRACHUDO 1000X20 16 LONAS COM CÂMARA		R\$ 1.403,67	
20	6	UN	PNEU AGRÍCOLA F2 7.50-16 COM FRISO/ RAI0 10 LONAS COM CÂMARA		R\$ 591,00	



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA
CNPJ: 04.215.199/0001-26
AV. HERACLIDES DE LIMA GOMES, Nº 2750 - BOA VISTA DO INCRA – RS
CEP: 98.120-000 – FONE (55) 3613- 1303/1205
www.boavistadoincra.rs.gov.br

21	12	UN	CÂMARA DE AR 7.50-16	R\$ 85,00
22	12	UN	PNEU RADIAL 175/70 R13	R\$ 194,00
23	16	UN	PNEU RADIAL 225/75 R16	R\$ 706,50
24	4	UN	PNEU RADIAL 205/55 R16 94 V	R\$ 639,00
25	16	UN	PNEU RADIAL 175/70 R14 88 T	R\$ 341,50
26	8	UN	PNEU RADIAL 175/70 R14	R\$ 286,50
27	24	UN	PNEU RADIAL 195/65 R15	R\$ 364,00
28	12	UN	PNEU 9X17,5	R\$ 815,00
29	5	UN	PNEU 175/65 R14	R\$ 264,00
30	8	UN	PNEU LAMEIRO 1000X20	R\$ 1.323,67
31	4	UN	PNEU LISO 1000X20	R\$ 1.333,00
32	10	UN	COLARINHO 1000X20	R\$ 39,00
33	10	UN	CÂMARA 1000X20	R\$ 140,00
34	4	UN	PNEU LISO 275X80 R22.5	R\$ 1.571,00
35	4	UN	PNEU BORRACHUDO 275X80 R22.5	R\$ 1.791,00
36	6	UN	PNEU LISO 295X80 R 22.5	R\$ 1.731,33



ANEXO VIII – TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARA DE AR E PROTETOR DE RODA, CONFORME AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS DISPOSIÇÕES FIXADOS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

1.1.2 – O PNEU DEVERÁ SER NOVOE CONTEMPLAR OS SEGUINTE REQUISITOS:

1.1.2.1 – Ser fabricado dentro das instruções contidas na NBR NM 250:2001 (pneus novos de automóveis, seus derivados e rebocados requisitos e métodos de ensaio).

1.1.2.2 – Ser fabricado dentro das instruções contidas na NBR NM 251:2001 (pneus novos de caminhonetes seus derivados, ônibus, caminhões e rebocados).

1.1.2.3 – Certificado pelo INMETRO.

1.1.2.4 - Será analisada além das especificações, a data de fabricação inscrita no pneu, que deverá ter prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega.

1.1.2.5 – Não será aceito pneu tipo remoldado, recapado, reciclado, recauchutado, reformado, remanufaturado ou que tenha sofrido quaisquer outros processos de recondiçõamento.

1.1.2.6 – Não será aceito pneu com sinais de envelhecimento ou deterioração de qualquer



origem.

1.2.1 - CÂMARA DE AR:

1.2.1.1 – Deverá ser nova.

1.2.1.2 – Deverá ter sua especificação de tamanho impressa no produto e na embalagem bem como a identificação do fabricante.

1.3.1 PROTETOR DE RODA:

1.3.1.1 - Deverá ser novo.

1.3.1.2 - Deverá ter sua especificação de tamanho impressa na embalagem bem como a identificação do fabricante.

2 – OBJETIVO

O objeto ora licitado, se destina a substituição de pneus, câmaras de ar e protetor de roda, dos veículos da frota municipal de Boa Vista do Incra-RS, necessário para manutenção das atividades previstas para o exercício de 2018.

3 - JULGAMENTO

Menor Preço por item.

4 – ADJUDICAÇÃO

Por Item.



5 – DO LOCAL E CONDIÇÃO DE ENTREGA

A entrega deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, de forma separada por Secretaria conforme cada Nota de Empenho, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Obras, Av. Heraclides de Lima Gomes, nº 1510, Centro, ao responsável pelo Setor de Patrimônio, Almoxarifado e Administração de Materiais e membros da Comissão de Recebimento, acompanhados do Fiscal do Contrato, que verificarão a conformidade quanto à quantidade e especificação de cada objeto.

6 – DO PRAZO

O termo inicial do contrato será o de sua assinatura e o final ocorrerá após o termino que é 31/12/2018.

7 – VALOR UNITÁRIO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O valor **unitário** máximo estimado da contratação, para o fornecimento dos itens descritos no Anexo I, está informado no Anexo VII - Planilha de Composição de Preços - Valor de Referência.

8 – DO PAGAMENTO

O pagamento ocorrerá em até 15 (quinze) dias a contar da apresentação da nota fiscal devidamente recebida pelos membros da Comissão de Recebimento, o que comprovará o recebimento dos objetos.

A nota fiscal emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número da nota de empenho, número do processo de licitação e o número do respectivo prego, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA
CNPJ: 04.215.199/0001-26
AV. HERACLIDES DE LIMA GOMES, Nº 2750 - BOA VISTA DO INCRA – RS
CEP: 98.120-000 – FONE (55) 3613- 1303/1205
www.boavistadoincra.rs.gov.br

liberação do documento fiscal para pagamento.

O município fica isento de qualquer despesa relativa ao pagamento de pessoal e obrigações patronais.

Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

Boa Vista do Incra (RS), 27 de junho de 2018.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA
CNPJ: 04.215.199/0001-26
AV. HERACLIDES DE LIMA GOMES, Nº 2750 - BOA VISTA DO INCRA – RS
CEP: 98.120-000 – FONE (55) 3613- 1303/1205
www.boavistadoincra.rs.gov.br

ANEXO IX – DESCRIÇÃO DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Órgão: 02- GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 – GABINETE DO PREFEITO

Proj/Atividade: 2.201 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE

Dotação: 3.3.90.30. – MATERIAL DE CONSUMO

Cód Reduzido: 37

Orgão: 03- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Unidade: 01- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Proj/Atividade: 2.301 MANUTENÇÃO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Dotação: 3.3.90.30.– MATERIAL DE CONSUMO

Cód Reduzido: 62

ORGÃO: 07- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA DESPORTO E LAZER

UNIDADE: 04- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES GERAIS

Proj/Atividade: 2.751 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE E UNIVERSITÁRIO

Dotação: 3.3.90.30.– MATERIAL DE CONSUMO

Cod: 432

Orgão: 07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESPORTO CULTURA E LAZER

Unidade: 02- MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (25%)

Proj/Atividade: 2.703 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR – ENSINO FUNDAMENTAL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA
CNPJ: 04.215.199/0001-26
AV. HERACLIDES DE LIMA GOMES, Nº 2750 - BOA VISTA DO INCRA – RS
CEP: 98.120-000 – FONE (55) 3613- 1303/1205
www.boavistadoincra.rs.gov.br

Dotação: 3.3.90.30.– MATERIAL DE CONSUMO

Cod: 342

Orgão: 05- SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E AGRICULTURA

Unidade: 01- SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E AGRICULTURA

Proj/Atividade: 2.502 MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E VEICULOS DA PATRULHA AGRICOLA

Dotação: 3.3.90.30.– MATERIAL DE CONSUMO

Cod: 127

Orgão: 08- SECRETARIA DE SAUDE E MEIO AMBIENTE

Unidade: 02- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Proj/Atividade: 2.819 MANUTENÇÃO DO SETOR DE CONSULTAS EXAMES E TRANSPORTE

Recurso: 0040

Dotação: 3.3.90.30.– MATERIAL DE CONSUMO

Cod: 505

Orgão: 09- SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

Unidade: 02- FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Atividade: 2.906 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO IGD

Dotação: 3.3.90.30.– MATERIAL DE CONSUMO

Recurso: 1056- IGD

Cod: 592



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA
CNPJ: 04.215.199/0001-26
AV. HERACLIDES DE LIMA GOMES, Nº 2750 - BOA VISTA DO INCRA – RS
CEP: 98.120-000 – FONE (55) 3613- 1303/1205
www.boavistadoincra.rs.gov.br

Orgão: 02- GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 – GABINETE DO PREFEITO

Proj/Atividade: 2.605 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Dotação: 3.3.90.30.– MATERIAL DE CONSUMO

Cod: 46

Orgão: 06 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E OBRAS

Unidade: 01- SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E OBRAS

Proj/Atividade: 2.605 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO E SINALIZAÇÃO DAS ESTRADAS

Recurso 0001-recurso livre

Dotação: 3.3.90.30.– MATERIAL DE CONSUMO

Cod: 269



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA
CNPJ: 04.215.199/0001-26
AV. HERACLIDES DE LIMA GOMES, Nº 2750 - BOA VISTA DO INCRA – RS
CEP: 98.120-000 – FONE (55) 3613- 1303/1205
www.boavistadoincra.rs.gov.br

ANEXO X

DECLARAÇÃO ATESTANDO QUE A EMPRESA LICITANTE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO SOCIETÁRIO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO

_____, inscrita no CNPJ nº
_____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a).
_____, portador (a) da Carteira de Identidade nº
_____ e do CPF nº _____, DECLARA:

- a) Que sua empresa não possui em seu quadro societário servidor público do Município, por serviço prestado, inclusive consultoria, assistência técnica, ou assemelhados.

Loca e Data:

Representante legal:

NOME COMPLETO

CPF:

CARIMBO COM CNPJ DA EMPRESA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA
CNPJ: 04.215.199/0001-26
AV. HERACLIDES DE LIMA GOMES, Nº 2750 - BOA VISTA DO INCRA – RS
CEP: 98.120-000 – FONE (55) 3613- 1303/1205
www.boavistadoincra.rs.gov.br